

## FASES E FACES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ROTAS E CONCEPÇÕES

*Fernanda Oliveira  
Patrícia Martins Goulart*

### RESUMO

Este estudo, de desenho qualitativo exploratório, propõe-se a analisar o percurso da Extensão Universitária no Brasil, com atenção às fases (no sentido histórico e contextual) e faces (nos sentidos epistêmicos e ideológicos) nesse âmbito. De modo específico, objetivamos conhecer a concepção de extensão universitária, identificar e analisar os conceitos e significados atribuídos à extensão e promover visibilidade aos pressupostos da extensão universitária no âmbito acadêmico. Dos referenciais teóricos, destacamos as contribuições de Paulo Freire, e dos documentos revisados, constam os relatórios finais dos Encontros do FORPROEX e FOREXT. Observamos a existência de três fases/faces históricas e ideológicas, acerca da extensão universitária, a citar: a prestação de serviços, o assistencialismo e a extensão dialógica. Os documentos analisados concebem a extensão como um processo dialógico e atrelam seu significado à missão institucional e pedagógica das universidades.

**Palavras-chave:** Significados. Extensão. Universidade. Dialogicidade. Transformação.

### PHASES AND FACES OF UNIVERSITY EXTENSION: ROUTES AND CONCEPTIONS

#### ABSTRACT

This study, exploratory qualitative design, aims to analyze the course of University Extension in Brazil, with attention to phases (in the historical and contextual sense) and faces (in the epistemological and ideological directions) in this context. Specifically aimed at knowing the conception of university extension; identify and analyze the concepts and meanings attributed to the extension and promote visibility to the assumptions of university extension in the academic scope. From theoretical frameworks, highlights to the contributions of Paulo Freire, and reviewed documents, contains the final reports from the meetings of FORPROEX and FOREXT. Results. We note the existence of three historical and ideological phases/faces, about the academic extension, to quote: the provision of services, the welfare and the dialogic extension. Conclusions. The documents analyzed conceive the extension as a dialogic process, and link its meaning to the institutional and educational mission of the universities.

**Keywords:** Meanings. Extension. University. Dialogicity. Transformation.

---

\* Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUCRS) e Doutora em Psicologia Social (Universidade Autônoma de Barcelona). Contato: [pmg.correio@gmail.com](mailto:pmg.correio@gmail.com).

## **FASES Y CARAS DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: RUTAS E CONCEPCIONES**

### **RESUMEN**

Este estudio, de perspectiva cualitativo exploratoria, tiene como objetivo analizar la trayectoria de la Extensión Universitaria en Brasil, enfatizando sus etapas (desde un punto de vista histórico y contextual) y perspectivas (desde un punto de vista epistémico e ideológico). Específicamente el objetivo es conocer la concepción de la extensión universitaria; identificar y analizar los conceptos y significados que se atribuye a la extensión, además de promover la visibilidad de los supuestos de extensión universitaria en el ámbito académico. De los marcos teóricos se destacan las contribuciones de Paulo Freire y de los documentos revisados, constan los informes finales de los Encuentros de FORPROEX y FOREXT. Resultados. Se observa la existencia de tres etapas / perspectivas históricas e ideológicas sobre la extensión universitaria, que son: la prestación de servicios, la asistencia y la extensión dialógica. Conclusiones. Los documentos analizados conciben la extensión como un proceso dialógico y atañen su significado a la misión institucional y educativa de las universidades.

**Palabras clave:** Significados. Extensión. Universidad. Dialogicidad. Transformación.

---

### **INTRODUÇÃO**

Observamos que existe uma lacuna no que se refere a dados sistematizados sobre o percurso histórico da extensão no Brasil com atenção aos aspectos epistemológicos e ideológicos que caracterizam esse domínio universitário. Dada a relevância da extensão tanto para a formação cidadã do estudante ([FERNANDES et.al, 2012](#),[BAEZ-PADRON, 2010](#), [LINS et al, 2014](#), [MOURA, et al, 2012](#)) e educadores([COSTA, 2010](#)), quanto para o cumprimento do compromisso social com as comunidades ([ARROYO; ROCHA, 2010](#), [SILVA et al, 2014](#), [BARRETO et al, 2012](#)), nos parece oportuno partilhar os achados derivados de uma pesquisa acadêmica, realizada no ano de 2013.

Somam-se à justificativa desta escrita, estudos que registram as incoerências e dificuldades conceituais neste âmbito ([MACHADO, 2009](#),[ORTIZ-RIAGA, MORALES RUBIANO,2011](#)). Assim, nossa contribuição consiste em sistematizar a concepção da extensão universitária e suas diretrizes na atualidade, na expectativa de problematizar os sentidos e significados das práticas neste âmbito.

Para tanto, analisamos as fases (no sentido histórico) e faces (no sentido ideológico) em que a extensão se apresentou ao longo da história, até os dias atuais. Nosso texto se inspira na concepção de fases/face de Tomanik (2003), que utiliza o vocábulo “fase”, para caracterizar um sentido histórico e contextual e “face” com sentido epistémico e ideológico. Neste caso, analisaremos as fases e faces relacionadas a Extensão Universitária em nosso país, inspiradas nesta terminologia. Cumpre salientar que estas fases se confundem em seu processo de transição e que a passagem histórica das fases da extensão universitária não representa a superação das faces em que esta se apresenta, resultando na presença de duas ou mais faces da extensão em detrimento da fase em que esta se encontre atualmente, como procuraremos evidenciar neste texto.

## MÉTODO

O método adotado nesta pesquisa atém-se a um desenho qualitativo exploratório com o uso de técnicas bibliográficas e documentais. Das referencias de base, destacamos as obras *Pedagogia do Oprimido* ([FREIRE, 1987](#)) e *Extensão ou Comunicação\** ([FREIRE, 1980](#)) de Paulo Freire, as quais foram selecionadas com atenção às contribuições específicas à extensão universitária. A atualização bibliográfica se ateve a artigos publicados nos últimos cinco anos, obtidos em bases indexadas de dados na área das Ciências Humanas, por intermédio de descritores tais como extensão, universidade, dialogicidade. Dos documentos consultados, constam o Plano Nacional de Extensão ([FORPROEX, 2001](#)), a Política Nacional de Extensão ([FORPROEX, 2012b](#)), e os relatórios finais dos Encontros Nacionais do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior – FORPROEX (1987-2012) Os documentos foram organizados em ordem cronológica de criação, com momentos de pré-análise e análise. Inicialmente os documentos foram selecionados com o foco na formulação dos objetivos da pesquisa. Na sequência explorou-se o material, segundo os propósitos do estudo. Os resultados e interpretações das informações foram articulados com base em postulados teóricos inscritos na Pedagogia da Libertação.

## AS FASES/FACES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O conceito de extensão universitária desde o seu surgimento no século XIX na Inglaterra, até a sua atual concepção estabelecida no Plano e Política Nacional de Extensão do Brasil, sofreu alterações.

Alguns autores ([ROCHA, 2001](#)) se reportam a um tipo arcaico de extensão universitária surgido nas universidades medievais. Estas realizavam ações de caráter religioso e filantrópico ao levar seus conhecimentos às classes mais pobres. Esses modelos “arcaicos” representam uma fase “pré-extensionista” caracterizada pelo assistencialismo. [Tavares \(2001, p.74\)](#), por sua vez, refere que a extensão universitária surge em Cambridge, na Inglaterra, país berço do capitalismo e em meio à Revolução Industrial, com o objetivo de socializar o conhecimento universitário e suprir as demandas sociais e industriais. Nesse contexto, a extensão assume a tarefa de instruir tecnicamente as camadas populares que não tinham acesso às universidades, suprimindo as demandas da indústria em crescimento. Podemos dominar essa fase/face de Prestação de Serviços, em que a extensão universitária, é impulsionada pelo crescimento industrial e demandas por qualificação profissional.

Em seu surgimento, a extensão universitária buscou, também, por meio da prestação de serviços, diminuir a pressão dos movimentos sociais, formados por grupos de intelectuais de Universidades Populares Europeias e setores marginalizados. Destaca-se o protagonismo da Universidade de Oviedo na Espanha. Apesar do caráter social e político desses movimentos, suas reivindicações mantinham-se no nível de prestação de serviços ao propor a oferta de “cursos livres, programas de melhoramento dos trabalhadores e de difusão cultural” ([ROCHA, 2001, p.18](#)).

Na América Latina, especialmente por meio do movimento estudantil de Córdoba, ocorrido na Argentina em 1918, estes movimentos viriam a assumir um caráter de ação revolucionária que previa a libertação das nações latino-americanas dos domínios europeus. Ao longo do processo histórico em que se desenvolveu a extensão universitária, o caráter de transformação social adotado pela extensão latino-americana

viria a influenciar fortemente as ideias que constituem a atual fase da extensão universitária no Brasil.

Outro modelo de extensão universitária que viria a influenciar a América Latina e, conseqüentemente, o Brasil, foi o desenvolvido nos Estados Unidos ([SILVA; OLIVEIRA, 2010](#)), onde criaram-se projetos de desenvolvimento regional de comunidades rurais e locais por intermédio da prestação de serviços técnicos, educação à distância, cursos profissionalizantes, entre outros. Esse modelo de extensão também se caracterizava basicamente pela fase/face de prestação de serviços e fase/face de assistencialismo. Pode-se observar a síntese desse processo na figura que segue:



**Figura 1<sup>1</sup>.** Contexto mundial da extensão universitária  
Fonte: Dados da pesquisa.

<sup>1</sup>Na figura 1, referente ao contexto mundial da Extensão Universitária, utilizamos o termo “Período Pré-Extensionista” e “Período Extensionista” com a intenção de representar um período anterior ao surgimento oficial da extensão e o desenvolvimento de suas fases/faces após este surgimento.

## AS FASES/FACES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

As primeiras manifestações da extensão universitária brasileira surgem em 1911 sob a influência do modelo europeu e estado-unidense. Destacamos aqui as ações ocorridas na Universidade Popular da antiga Universidade de São Paulo com o teor político da extensão europeia e as “atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, levando a assistência técnica aos agricultores”, ocorridas na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, em Minas Gerais, baseada na extensão norte-americana ([NOGUEIRA, 2001, p.58](#)).

Entretanto, a primeira referência legal à extensão universitária realizada em universidades brasileiras pode ser encontrada no Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que trata do Estatuto das Universidades Brasileiras ([TAVARES, 2001](#)). Como destacam [Nogueira \(2001\)](#) e [Rocha \(2001\)](#), a extensão Universitária assume um caráter de divulgação da universidade por meio da prestação de serviços em detrimento de sua postura política, como previam as universidades populares. Observamos aqui a primeira fase/face da extensão universitária brasileira: a prestação de serviços.

Reforçando esta fase/face da extensão, ao final da década de 60 é promulgada a Lei nº 5.540/68 ([BRASIL, 1968](#)) - Lei Básica da Reforma Universitária que institui a extensão no âmbito acadêmico. Esta legislação estabelece que as universidades e instituições de ensino superior deverão estender as atividades de ensino e resultados de suas pesquisas à comunidade por meio de cursos e serviços especiais.

Com o surgimento das ditaduras militares em toda a América Latina, nas décadas de 60 e 70, os movimentos estudantis passam a ser combatidos. Tendo sido instalada a ditadura militar no Brasil, o governo propõe ações extensionistas, como o Projeto Rondon, que visavam a envolver os estudantes universitários com as comunidades carentes. Como afirma [Nogueira \(2001\)](#), esses projetos, de viés assistencialista, visavam ao ideal de desenvolvimento e segurança nacional promovido pelo governo militar e, neles, os alunos se tornavam apenas executores. Essa é segunda fase/face da extensão universitária brasileira: o assistencialismo.

Embora enfraquecido o caráter político da extensão universitária e envolto pelo clima de repressão por parte do governo, os movimentos estudantis mantinham sua atuação, realizando atividades extensionistas desvinculadas da instituição universitária. Como afirma [Nogueira \(2001, p.59\)](#), a União Nacional dos Estudantes (UNE) propunha uma atuação que levasse o “estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências”. Esses princípios viriam a influenciar posteriormente a fase/face da extensão que denominaremos aqui como dialógica. Essa fase/face da extensão começa a ser delineada quando, ainda sob a ditadura militar, extensionistas que atuavam sob a perspectiva de mudança social e difusão cultural, passaram a discutir a extensão como missão social das universidades brasileiras ([ROCHA, 2001](#)). Ainda na década de 1970 uma importante contribuição é dada por Paulo Freire, a partir da obra que escreveu durante seu exílio no Chile, “Extensão ou Comunicação”. Nessa obra, Freire analisa a semântica do termo extensão e seus equívocos gnosiológicos, propondo uma extensão que vise não à transmissão de conteúdos, mas à comunicação de conhecimentos, portanto dialógica.

Ainda nesse período, o Ministério da Educação busca formas, a partir da criação de comissões específicas, de fortalecer e institucionalizar a extensão universitária. Cabe destacar a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), extinta em 1979, que elaborou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, fortemente também

influenciado pelas ideias de Paulo Freire. A extensão universitária definiu-se, então, como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular ([NOGUEIRA, 2001](#)).

Com o enfraquecimento da ditadura militar em toda a América Latina, cujos primeiros sinais aparecem na década de 80, ressurgem com força movimentos que visam à redemocratização de suas nações e reconstrução das instituições políticas e sociais. Pautados nessa luta, os envolvidos com extensão universitária no Brasil reelaboram a concepção de Universidade Pública, redefinindo as práticas relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão e questionando a visão assistencialista das ações extensionistas.

Importante, também, é a criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) em novembro de 1987. Esse Fórum aprovou em 1998 o Plano Nacional de Extensão, uma iniciativa chave no sentido da institucionalização da Extensão Universitária ([ROCHA, 2001](#)). Nesse Plano está definido o conceito de extensão universitária como é compreendido atualmente “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” ([FORPROEX, 2001, p.2](#)).

Além de formalizar o atual conceito de extensão universitária, o FORPROEX firma as diretrizes que devem orientar esta ação, a saber, a Interação Dialógica; a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; o Impacto na formação do estudante; e o Impacto e Transformação Social.

A partir desses movimentos, a extensão universitária adquiriu importância dentro das instituições de ensino, tendo sido superada a compreensão de mera disseminação de conhecimento, prestação de serviços e assistencialismo. E assume sua atual fase/face baseada na interação dialógica e comprometida com a transformação social: a extensão dialógica.

A figura a seguir sintetiza o contexto de desenvolvimento nacional da extensão universitária:

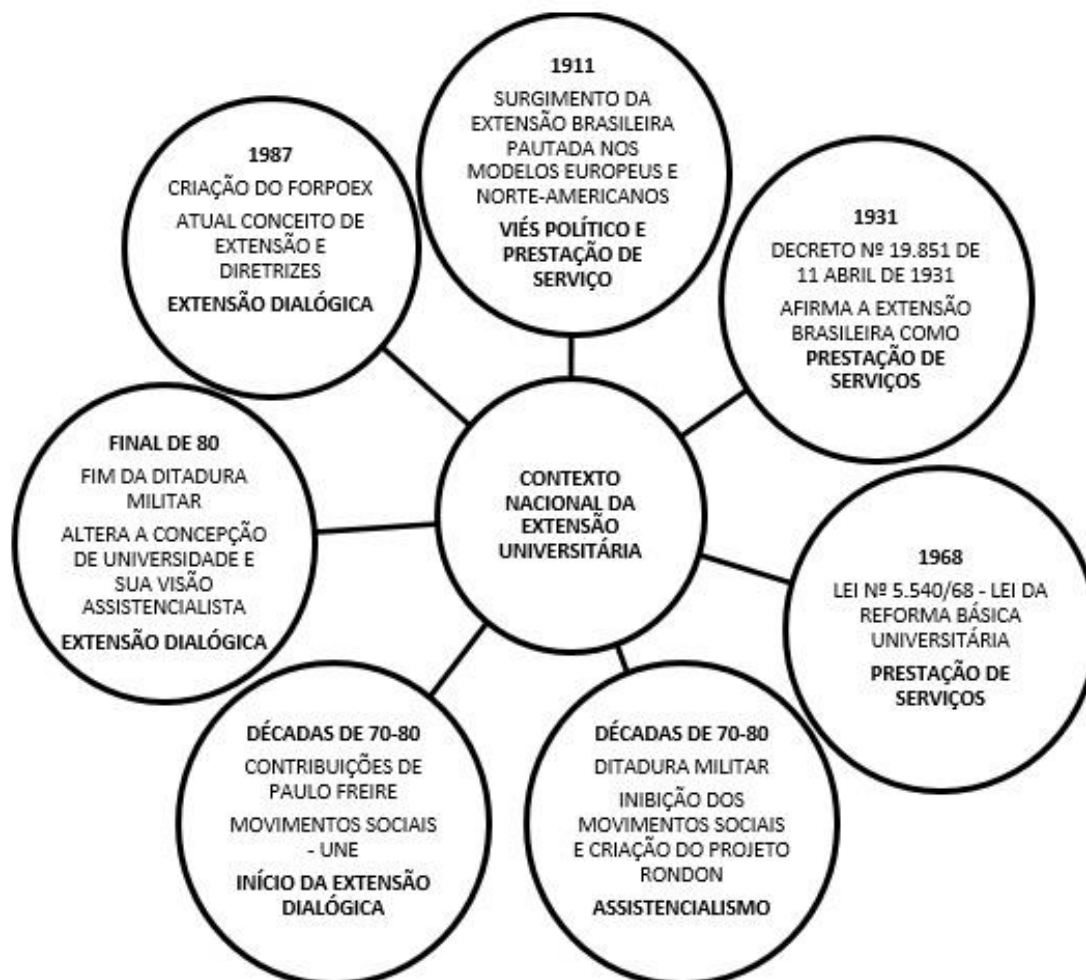


Figura 2. Contexto Nacional da Extensão Universitária.  
Fonte: Dados da pesquisa.

## AS POLÍTICAS NACIONAIS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A seguir, discorreremos sobre os relatórios de Encontros de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública Brasileira ocorridos durante os anos de 1987 a 2012, disponibilizados na plataforma virtual da Rede Nacional de Extensão (RENEX).

Nesse processo, ocorreu um total de trinta e três Encontros, dos quais se observa a não publicização dos relatórios finais dos Encontros ocorridos entre os anos de 1996 a 2010, totalizando vinte relatórios ausentes nessa mesma plataforma. Esses Encontros têm um caráter deliberativo a partir de fóruns itinerantes com a presença de Pró-reitores de Extensão Universitária de universidades públicas brasileiras.

No ano de 1999 institui-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária - FOREXT, como representatividade das universidades não públicas na construção das políticas nacionais de extensão. Observa-se que foram realizados um total de dezenove Encontros, cujas cartas finais encontram-se disponíveis na plataforma virtual da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS.

Nesse contexto, serão trazidos elementos que constituem o Plano Nacional de Extensão e a última versão da Política Nacional de Extensão, bem como conceitos, objetivos e metodologias de ação discutidos nos Fóruns acima citados. Muitos dos aspectos citados se repetem. Assim, vamos nos centrar em informações que consideramos essenciais neste estudo.

*Da criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX*

A edição de 2001 do Plano Nacional de Extensão Universitária, disponível na página virtual da Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX), constitui uma das bases documentais em que se assenta esse estudo. Neste, como já dito, a extensão universitária é definida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” ([FORPROEX, 2001](#)).

Para fins de registro histórico, é importante destacar que o conceito acima descrito foi formulado no I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em Brasília no ano de 1987. Ao final deste Encontro redigiu-se um documento no qual apresentam-se as conclusões aprovadas em vinte e duas plenárias, dentre as quais se destacam, além do conceito de extensão, o processo de institucionalização e seu financiamento.

A extensão é discutida como um processo que permeia o ensino e a pesquisa. Para tanto, prevê-se que, para sua institucionalização, as universidades criem medidas do ponto de vista tanto administrativo como acadêmico. Ainda neste encontro ficou definida a criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), com uma agenda de Encontros anuais.

O II Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras ocorre no ano de 1988, época em que o país vivencia a implantação de uma nova Constituição Federal, com valores que primam pela democracia, igualdade e desenvolvimento social. A extensão universitária se estrutura sob estas bases ([FORPROEX, 1988](#)).

A edição do referido ano busca discutir estratégias de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como o compromisso social das universidades ao desenvolverem pesquisa e extensão. No documento final, redigido ao término desse Encontro, destaca-se ainda o delineamento das noções de estágios curriculares e projetos de extensão. Definem-se as dimensões básicas, que devem ser contempladas em projetos de extensão, a citar: a articulação com o ensino, a previsão de ações de pesquisa, a colaboração na transformação social e a consideração do conhecimento socialmente adquirido com vistas ao desenvolvimento de organizações e movimentos populares.

No III Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em 1989, o FORPROEX volta suas discussões para a questão da interdisciplinaridade e da prestação de serviços como dimensão emancipadora e não assistencialista. Ao término desse Encontro, o Fórum conclui que, embora a prestação de serviços seja uma realidade nas universidades públicas brasileiras, sua compreensão, no entanto, não é unitária, o que se deve às distintas concepções de universidade. Para a maioria das universidades, a prestação de serviços é compreendida como o atendimento, remunerado ou não, das demandas sociais. Destacando que poucas são as



universidades que a compreendem de modo coerente com o conceito de extensão definido pelo fórum, a partir do qual a prestação de serviços pode ser compreendida como “um momento do processo acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa” ([FORPROEX, 1989, p.24](#)).

No Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão de 1990 fez-se uma análise dos últimos três fóruns, no qual se reconhece a construção de um novo conceito de extensão. Esse Encontro traz ainda a questão da alfabetização enquanto função social das universidades públicas brasileiras. Discutiu-se a questão da metodologia de extensão como um desafio, visto que a extensão não se constitui apenas como uma ação acadêmica, mas como expressão das próprias ideologias assumidas pela universidade ([FORPROEX, 1990](#)).

Em 1991, o V Encontro Nacional do FORPROEX discute a institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática. No documento redigido ao final desse Encontro, destacam-se as diretrizes que orientam o desenvolvimento das Políticas de Extensão em cada universidade, salientando-se que o “ensino, a pesquisa e a extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento e orçamento das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área” ([FORPROEX, 1991, p.36](#)).

No VI Encontro, realizado em Santa Maria – RS, em 1992, nove grupos temáticos, entre os quais os de música, cinema, artes plásticas, discutem questões referentes às áreas artístico-culturais com vistas à criação de um programa nacional de incentivo à formação e manutenção de oficinas deste âmbito ([FORPROEX, 1992](#)).

Em 1993, o VII Encontro buscou discutir uma avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária. Nesta avaliação, fica contemplada a função acadêmica e a função social da universidade. Destaca-se como conclusão desse Fórum de discussão que a avaliação da extensão universitária deve abordar três níveis inter-relacionados, a citar: o compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto dessas atividades junto aos segmentos sociais com quem atuam e os processos, métodos e instrumentos de avaliação ([FORPROEX, 1993](#)).

O VIII Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão, realizado em 1994, teve como tema a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional. Dado o compromisso com a transformação social assumido pelas universidades públicas brasileiras, estas devem se constituir em espaços para discussão e promoção da cidadania com vistas à superação de toda forma de exclusão ou marginalização que permaneça no país. Desta forma, o Fórum destaca que as ações das universidades, principalmente no que se refere à extensão universitária, devem voltar-se de forma prioritária aos setores sociais excluídos de seus direitos enquanto cidadãos ([FORPROEX, 1994](#)).

Em 1995, é discutido no IX Encontro Nacional FORPROEX, a articulação da extensão universitária com projetos estratégicos de desenvolvimento regional e nacional. As discussões realizadas neste Encontro concluem pela “necessidade e o potencial das universidades em envolver-se crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas [...] colaborando assim para a definição do papel do Estado brasileiro” ([FORPROEX, 1995, p.68](#)).

Conforme se mencionou, dentre os registros disponibilizados virtualmente na página da Rede Nacional de Extensão (RENEX), existe uma lacuna no que se refere aos documentos finais dos Encontros Nacionais do FORPROEX entre os anos de 1996 a 2010.

De grande importância, principalmente no que se refere à institucionalização da extensão universitária, foi a confecção do Plano Nacional de Extensão, que começou a ser elaborado no ano de 1998, e teve sua última versão apresentada em 2001. Este plano formaliza ainda o conceito, objetivos, metas e metodologias da extensão universitária proposta pelo FORPROEX.

Partindo das discussões acerca dos limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão, uma versão preliminar do que viria a se constituir como a Política Nacional de Extensão foi apresentada em 2009, no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX. Tendo sido amplamente discutida no Encontro de 2010 e inserida as devidas contribuições oriundas desse Encontro, durante o XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em 2012, aprova-se a Política Nacional de Extensão.

Além de formalizar o atual conceito de extensão universitária, a Política Nacional de Extensão firma ainda as diretrizes que devem orientar a sua formulação e ação, a citar novamente: a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto e Transformação Social.

#### *Da criação do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária (FOREXT) – percurso histórico e a representação das universidades comunitárias*

Também de expressivo valor histórico foi a criação do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária, o FOREXT. Instituído em 1999, durante o VI Encontro de Ação Comunitária e de Extensão das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária, o FOREXT constitui-se como a “entidade representativa das Universidades Comunitárias e Instituições de Ensino Superior Comunitárias para assuntos de Extensão e Ação Comunitária” ([FOREXT, 1999](#)).

Cumprido salientar a concepção de extensão adotada pelas universidades comunitárias. Como destaca [Morais \(1989\)](#), a compreensão de extensão por parte destas universidades ultrapassa a noção de mera prestação de serviços extramuros. [Vannucchi \(2004\)](#) aponta para a proximidade conceitual existente, nestas universidades, entre extensão e visão comunitária.

No viés comunitário a extensão tem de ser expressão viva do pensar, do fazer e do agir de professores e alunos, estimulados e desafiados pela realidade do meio em que vivem, para aprender a aprender com a sociedade, na investigação da verdade, na busca partilhada de soluções dos problemas coletivos e na construção consciente de uma vida digna para todos. ([VANNUCCHI, 2004, p. 55](#)).

Ao fim do VI Encontro de Ação Comunitária e de Extensão, realizado em Goiânia, redigiu-se uma carta que, além de reafirmar o compromisso das universidades comunitárias com o processo de cidadania, contempla os objetivos propostos com a criação do FOREXT, com destaque para a maior participação das universidades comunitárias no processo de implementação da Política Nacional de Extensão. Cabe destacar que o FOREXT é criado durante as discussões do FORPROEX para construção do Plano Nacional de Extensão.

No ano de 2002, redige-se, ao fim do IX Encontro Nacional e Assembleia Nacional do FOREXT, a Carta de Florianópolis, com resultados das discussões acerca da gestão e

avaliação da extensão universitária. Suas conclusões revelam que a forma como uma instituição gerirá e avaliará suas práticas de extensão está diretamente ligada com suas práticas pedagógicas e a relação que possui com o conhecimento ([FOREXT, 2002](#)).

Durante o X Encontro Nacional e V Assembleia Nacional do FOREXT, realizado em 2003, discutiram-se as contribuições do Fórum para o processo de construção das políticas de avaliação da extensão universitária. Ao final desse Fórum, definiram-se os princípios, diretrizes e dimensões a orientar o processo de avaliação da extensão universitária dos diversos modelos de ensino superior existentes no país ([FOREXT, 2003](#)).

Realizado em 2004, o XI Encontro Nacional e VI Assembleia Nacional do FOREXT teve como tema central as contribuições da extensão para o cumprimento do compromisso social das universidades. Dada à falta de clareza com relação ao termo responsabilidade social, que pode até mesmo denotar certo assistencialismo, o Fórum adota o termo compromisso social, “na qual se procura manter o respeito pelo outro como cidadão detentor de direitos sociais e não como carente ao qual se prestam favores” ([FOREXT, 2004, p.2](#)).

O XIII Encontro e VIII Assembleia Nacional, realizados em 2006, tiveram como tema de sua discussão a comunicação do conhecimento: o desafio contemporâneo. Baseados na proposta Freiriana de comunicação de conhecimento por meio do diálogo, o FOREXT assume como desafios para os próximos anos a garantia da comunicação como elemento inerente ao processo educativo, a defesa da extensão como um processo significativo de aprendizagem e a garantia do exercício da cidadania através da relação dialógica entre comunidade, docentes e discentes ([FOREXT, 2006](#)).

No ano de 2008 o FOREXT comemora seus 10 anos de existência e realiza uma retomada de seu percurso histórico, ocasião em que se reveem seus compromissos estratégicos, propósitos e desafios. Para o FOREXT, a extensão universitária deverá ser compreendida no contexto da produção e socialização do conhecimento. Dentre os desafios propostos pelo Fórum, destaca-se a consolidação de sua relação com o Estado, “partindo do pressuposto de que o papel das universidades e IES comunitárias não é complementar, mas suplementar à ação do Estado” ([FOREXT, 2008, p. 4](#)).

Em seu XVII Encontro e XII Assembleia Nacional, o FOREXT discute, em 2010, o processo de formação e construção do conhecimento nas instituições comunitárias. Refletindo sobre as metodologias e caminhos da extensão universitária, o Fórum reafirma sua concepção de extensão como a relação dialógica entre as diversas formas de conhecimento, vindo no ensino, pesquisa e extensão a possibilidade de aprendizado e de contribuição para o desenvolvimento social ([FOREXT, 2010](#)).

Por fim, no ano de 2012, o FOREXT faz uma reflexão, em seu XIX Encontro e XIV Assembleia Nacional, sobre as Políticas de Extensão para as instituições comunitárias e perspectivas para o século XXI. Como conclusão de suas discussões, o Fórum destaca as dificuldades na construção de uma Política de Extensão, voltada não apenas as instituições públicas, mas que represente todos os segmentos de ensino superior brasileiro. Do mesmo modo, destaca a falta de um conceito comum de extensão a esses segmentos, bem como metodologias de ação e avaliação bem definidas ([FOREXT, 2012](#)).

## **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO: CONCEITO, DIRETRIZES E AÇÕES EXTENSIONISTAS**

Neste item apresentamos o atual conceito de extensão universitária, bem como as diretrizes definidas no Plano e Política Nacional de Extensão que, como vimos no item anterior, foram criados e aprovados nos Encontros realizados pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – FORPROEX.

O conceito de Extensão Universitária, definido na Política Nacional de Extensão, não difere muito daquele elaborado na ocasião da criação do FORPROEX, e explícito na versão final, de 2001, do Plano Nacional de Extensão. O que ocorreu foi apenas a alteração da estrutura do texto, sem haver, no entanto, alteração na essência do conceito, como podemos observar:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. ([FORPROEX, 1987, p. 11](#)).

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. ([FORPROEX, 2012a, p. 15](#)).

A Política Nacional de Extensão apresenta ainda as diretrizes que devem orientar todas as ações extensionistas, a citar: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade, a Indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto e transformação social. Nos tópicos que seguem, descreveremos de forma mais detalhada cada uma dessas diretrizes.

A Interação Dialógica visa ao desenvolvimento de relações entre universidade e comunidade pautadas no diálogo, na ação de mão-dupla, na troca de saberes, na superação do discurso de hegemonia acadêmica. Dessa forma, essa diretriz busca superar a noção de extensão como transmissão de conhecimento, visando a um conhecimento construído por todos os envolvidos no processo de extensão. Assim, como define a Política Nacional de Extensão, a interação dialógica caracteriza-se como o “cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária” ([FORPROEX, 2012b, p. 17](#)).

A Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade preveem a interação entre diferentes áreas do conhecimento de forma a superar as visões generalistas e especializadas acerca da complexa realidade social. Supõe ainda alianças entre diversos setores e organizações da sociedade de forma a garantir “a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende” ([FORPROEX, 2012b, p. 17](#)).

A Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão propõe a criação de um novo conceito de sala de aula, que não está limitada ao espaço físico da Academia. Nessa visão, os acadêmicos (e demais profissionais envolvidos com extensão) são protagonistas de sua formação profissional e cidadã. Por meio da relação entre ensino e extensão, amplia-se a relação professor-aluno para uma relação que envolve a comunidade. No que diz respeito à relação extensão pesquisa, essa diretriz privilegia a pesquisa-ação, com participação ativa dos interessados com quem esta se desenvolve. Destaca ainda a ampliação das ações extensionistas aos programas de pós-graduação e como objetos de estudo de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Essa diretriz estabelece que as ações extensionistas “adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao

processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” ([FORPROEX, 2012b, p.18](#)).

O Impacto na formação do estudante parte do pressuposto de que a extensão universitária permite uma ampliação à realidade do estudante, bem como o contato com problemáticas contemporâneas. Representa o enriquecimento da experiência discente tanto no nível teórico, metodológico quanto de sua humanização. Para tanto, são pospostos como elementos essenciais dessa diretriz a indicação de um professor orientador, a clareza nos objetivos e compromissos do estudante e metodologias de avaliação de sua participação acadêmica ([FORPROEX, 2012b](#)).

O Impacto e transformação social reafirma o caráter transformador da ação extensionista por meio da relação dialógica entre universidade e comunidade. Essa transformação deverá estar voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, propiciando o desenvolvimento social e regional, além de transformar a própria universidade brasileira. Para que se alcance tal objetivo, são estabelecidas como características das ações extensionistas definir a problemática sobre qual se atuará, sem desconsiderar a complexidade da realidade social; desenvolver ações que contribuam de forma abrangente para a transformação da comunidade com a qual se trabalha; a efetividade da ação na solução da problemática envolvida ([FORPROEX, 2012b](#)).

Como explicita o documento referente à organização e sistematização de extensão, baseado no Plano Nacional de Extensão ([FORPROEX, 2001](#)), são consideradas ações extensionistas aquelas que dizem respeito a atividades como programas de extensão, projetos de extensão, cursos, eventos, prestação de serviços, publicação e outros produtos acadêmicos. Essas atividades devem preferencialmente estar vinculadas a um programa de extensão.

A noção de programa pode ser melhor compreendida a partir da analogia com um “guarda-chuva”, pois, partindo de seu eixo central e comum abre possibilidades para abrigar e apoiar uma série de outras atividades de extensão. Dessa forma, os programas de extensão podem ser definidos como o “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino.” ([FORPROEX, 2001, p. 35](#)).

Os programas de extensão caracterizam-se ainda pelo seu caráter orgânico-institucional, a consonância com a missão institucional de forma a contribuir para sua consolidação, a orientação para um objetivo comum que atenda a uma demanda social, a articulação entre diferentes setores da universidade e sua comunidade acadêmica e um prazo de execução de médio e longo prazo.

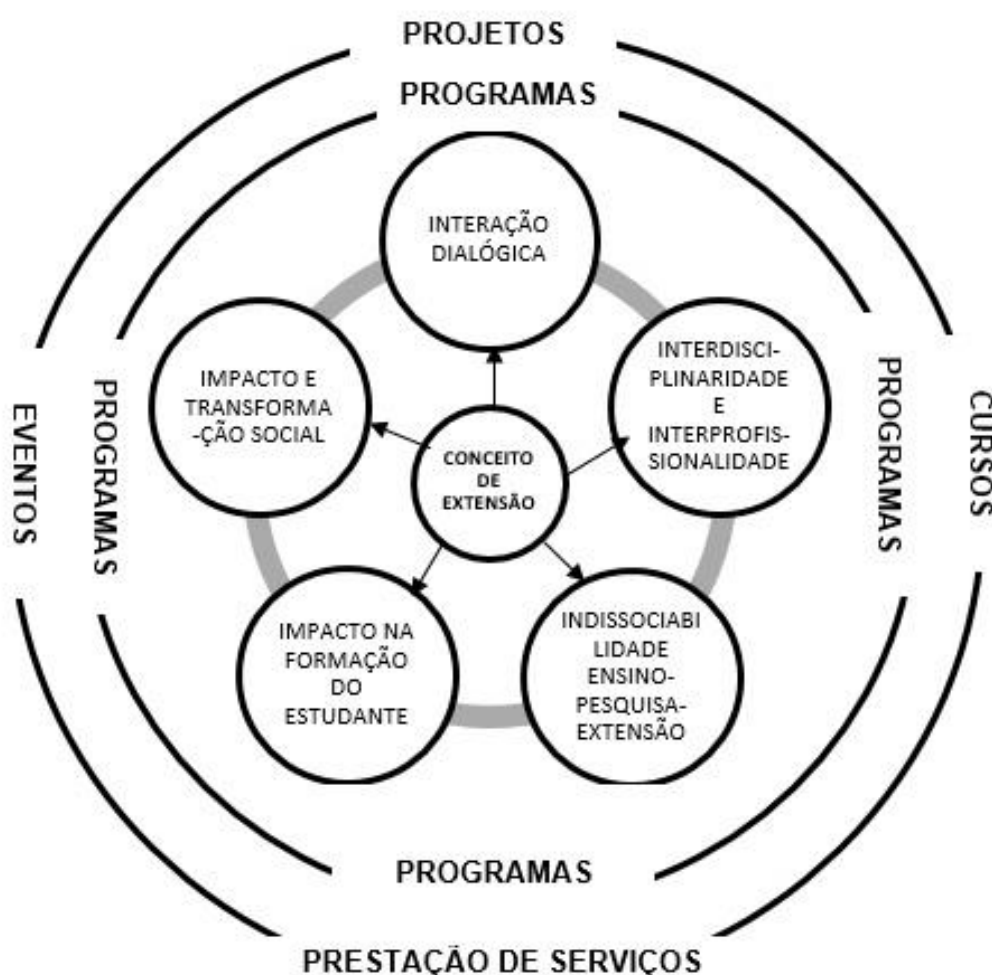
De acordo com o [FORPROEX \(2001, p. 35\)](#), os projetos de extensão podem ser compreendidos como uma “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. Esses projetos podem ser vinculados ou não a um programa de extensão, caracterizando-se como propostas acadêmicas de atuação na “realidade social” que cumpram o preceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A noção de curso diz respeito às atividades de ensino extracurricular com uma carga horária mínima determinada que tenham como função a capacitação, a atualização, o aperfeiçoamento e o treinamento. Podem ser de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância. São considerados eventos ações que visam a “apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade” ([FORPROEX, 2001, p. 38](#)). Como ações para fins de evento destacam-se:

os congressos, seminários, ciclo de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, campanhas.

A prestação de serviços pode ser compreendida como atividades ou serviços profissionais para as quais a universidade desenvolve conhecimento de forma a atender demandas de pessoas físicas ou jurídicas. Essas demandas podem ser identificadas nas demais ações extensionistas, resultando em uma ação de prestação de serviço a partir de uma demanda social presente. Caracterizam-se como ações de prestação de serviço consultorias, assessorias, curadorias, pesquisas encomendadas, atendimentos em saúde humana, laudos, atendimento jurídico e judicial, atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia e atividades de propriedade intelectual como registros de patentes, marcas e direitos autorais.

A figura abaixo representa a relação existente entre o conceito de extensão universitária, suas diretrizes (e suas inter-relações) e as ações extensionistas, que devem “orbitar” em torno destas.



**Figura 3.** Relação entre o conceito de extensão, diretrizes e ações extensionistas.  
Fonte: Dados da pesquisa.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOB A PERSPECTIVA DA DIALOGICIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Neste item, apresentaremos algumas contribuições de Paulo Freire com atenção à extensão universitária, devido à influência desse autor nesse âmbito. Destaque-se que este estudo não objetiva esgotar as discussões apresentadas nas obras referenciadas, mas apresentar conceitos que colaborem na reflexão e construção deste estudo.

Paulo Freire, ao desenvolver a Pedagogia da Libertação, apresenta-nos o diálogo como via de construção de conhecimento no trabalho com educação popular. Suas ideias serviriam de base para as discussões que orientaram a atual fase/face da extensão universitária brasileira, culminando na criação do Plano e Política Nacional de Extensão. Como se mencionou anteriormente, é durante seu exílio no Chile que Freire apresenta sua contribuição mais efetiva no que se refere à extensão universitária, a obra “Extensão ou comunicação” (1980), na qual analisa diretamente as ações da extensão universitária e suas possibilidades a partir da interação dialógica. Constituem-se como base de análise deste texto as obras: Extensão ou Comunicação (1980) e Pedagogia do Oprimido (1987).

[Freire \(1980\)](#) inicia sua obra “Extensão ou Comunicação” realizando uma análise semântica e gnosiológica do termo extensão. Como destaca o autor, toda palavra possui um sentido de base e um sentido contextual, que delimita seu potencial<sup>6</sup>. Desta forma, o autor desenvolve sua análise com vistas não só para o significado do termo, como também todo seu campo associativo e a forma como seu sentido de base se apresenta em determinado contexto. Ao se referir ao “sentido de base” e “sentido contextual”, o autor se utiliza das ideias apresentadas por Pierre Guiraud na obra “La semântica, Fondo de Cultura” publicada em 1965. (1965).

Etimologicamente, a palavra extensão vem do latim “*extendere*”, sendo formada pelos vocábulos “*ex*” (“fora”) e “*tendere*” (“esticar”). Significa, portanto, “estender”, “alargar”, “espalhar”. Desta forma, a prática extensionista pode ser compreendida como a ação de estender algo a alguém. No que se refere à extensão universitária, sua ação implica na transmissão de conhecimentos e técnicas, realizada por um sujeito ativo que estende um conteúdo escolhido pelo sujeito ativo do processo com vistas a um “recipiente”, uma “coisa” onde este conteúdo será depositado.

Em seu campo associativo, [Freire \(1980\)](#) destaca as seguintes dimensões que incidem sobre o sentido contextual do termo extensão, e que se caracterizam, como “equivocos gnosiológicos”: messianismo, mecanicismo, superioridade e invasão cultural (por parte de quem estende), inferioridade (daqueles que recebem o conteúdo estendido). Destaca-se ainda a noção de “entrega” denotada pela etimologia do termo “*extendere*” (estender para fora). Tal noção justifica a compreensão de extensão como a saída dos muros da universidade, implicando ainda na ideia de alguém que se encontra do “outro lado” deste muro.

[Freire \(1980; 1987\)](#) refere que o processo de transmissão e narração de conhecimentos não constitui um quefazer educativo e libertador. Neste processo, o educador não dialoga ou se comunica com os educandos, mas deposita neles seus comunicados e os educandos não buscam ou experimentam tais conhecimentos, apenas recebem comunicados que irão memorizar e arquivar. A noção de transmissão de conhecimentos nos leva a refletir sobre outro equivoco apresentado por [Freire \(1980\)](#): o mecanicismo. Isto porque, nesta perspectiva, o conhecimento se torna algo estático, repassado daquele que sabe ao sujeito coisificado que o receberá dócil e passivamente. Para [Freire \(1980, p. 26\)](#), a única margem para uma ação dinâmica existente na

transmissão de conhecimento “se reduz à pura ação de estender (o estender em si mesmo) em que, porém, o conteúdo estendido se torna estático”.

Outro equívoco relacionado ao termo extensão diz respeito ao messianismo, que representa “a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la” (FREIRE, 1980, p.22). Trata-se, portanto, de uma ação pautada no pressuposto de que o educador sabe algo, uma “boa-nova” capaz de redimir a ignorância do educando e transformar sua realidade. Esse messianismo e superioridade resultam em uma verdadeira invasão cultural. Isto porque os conhecimentos adquiridos pelo educador correspondem ao seu contexto histórico-cultural que constituem sua visão de mundo, mas que não caracterizam o mesmo contexto histórico-cultural e visão de mundo do educando. O que ocorre na invasão cultural é uma desconsideração sobre “como” a comunidade que receberá a ação extensionista percebe sua realidade, resultando em uma superposição do sistema de valores do educador, aos valores do educando.

Os equívocos até agora analisados nos levam a uma postura de “estar na” e “fazer para” a comunidade, outro equívoco relacionado à extensão universitária. Freire (1980; 1987) discute a necessidade de se “pensar com” as camadas populares e não “para” elas. Atuar sob a perspectiva de “estar na” comunidade nos leva a outro equívoco: a prescrição de consciências, uma expressão utilizada por Freire no livro *Extensão ou Comunicação*. Isto ocorre quando, na transmissão de conhecimentos estranhos aos educandos, a consciência do educando hospeda a consciência do educador, o que resulta em uma alienação de consciências e comportamentos prescritos pela consciência (opressora) do educador. Estar “com a” comunidade implica ainda na mudança de uma postura que representa outro equívoco nas práticas extensionistas: a neutralidade. O extensionista não poderá atuar com base em um ou outro aspecto da comunidade como se estivesse isolado de todas as outras dimensões em que se encontram os homens. Uma atuação técnica que desconsidere os demais aspectos humanos caracteriza-se como uma atuação ingênua (não crítica).

Uma atuação com estas características, que Freire (1980) definiu como antidialógica, nos leva a outro equívoco: o assistencialismo. Para Freire (1980, p.81), as ações e palavras “ocas” do assistencialismo “anestesiaram” os educandos e os deixam, por isto mesmo, acrílicos e ingênuos diante do mundo. A noção de assistencialismo não corresponde à solidariedade ou comunhão com as comunidades com quem se trabalha, propostas pela teoria dialógica. “Solidarizar-se com eles é algo mais que prestar assistência a trinta ou cem, mantendo-os atados, contudo a mesma posição de dependência”. (FREIRE, 1980, p.36)

Em síntese, na perspectiva freiriana, os equívocos relacionados à extensão, consistem em: transmissão de conhecimento, mecanicismo, negação do sujeito, messianismo, invasão cultural, prescrição de consciências, manipulação, neutralidade científica e assistencialismo. Na análise de Freire (1980), estes equívocos conduziram a uma atuação antidialógica, ingênua e opressora, que contribuem com a manutenção de uma sociedade injusta e opressora.

Freire (1980) enfatiza que o objetivo da extensão se inscreve na conscientização dos homens. E reafirma que todo trabalho que envolva educação popular, independente da área em que ocorra, deverá primar pelo diálogo e problematização do homem em suas relações com o mundo e com os homens, permitindo, assim, a tomada de consciência da realidade em que se encontram inseridos.



## CONCLUSÕES

Na revisão das rotas e concepções relacionadas à Extensão Universitária, identificamos a existência de três fases/faces históricas e ideológicas, que se confundem e se fundem entre si. De modo esquemático, denominamos estas fases/faces de prestação de serviços, assistencialismo e dialógica.

Os documentos analisados atrelam a extensão à missão institucional e pedagógica das universidades bem como estabelecem um elo intrinsecamente associado ao ensino e a pesquisa científica.

As diretrizes que orientam o processo de extensão universitária na atualidade se inscrevem na Interação Dialógica; a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; o Impacto na formação do estudante; e o Impacto e Transformação Social.

Paulo Freire, um expoente nesse cenário, vincula a missão da extensão aos saberes acadêmicos e populares, com críticas fundamentadas no que se refere ao viés de prestação de serviços e assistencialismo que a originou. Nessa linha, os equívocos relacionados à extensão, como, por exemplo, a educação bancária, centrada na transmissão de conhecimentos é uma ameaça ao cumprimento da missão acordada formalmente pelas universidades.

Do ponto de vista formal e institucional, a extensão universitária dialógica vislumbra uma potente via de desenvolvimento social, o qual se desenvolve sob princípios que ultrapassam a perspectiva de prestação de serviços e assistencialismo que a originou.

Concluimos que a reflexão e problematização acerca das fases e faces da extensão configura uma interminável e sistemática tarefa para as instituições universitárias.

SUBMETIDO EM 11 mar. 2015  
ACEITO EM 27 out. 2015

---

## REFERÊNCIAS

[ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. De M. L. Da.](#) Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. **Avaliação (Campinas)** [online]. vol.15, n.2, 2010, p. 131-157. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772010000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772010000200008&script=sci_arttext) . Acesso em 15 de abril de 2013.

[BAEZ-PADRON, G.](#) La participaciónprotagónicaestudiantil em el proceso de extensiónuniversitaria. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñezjuv**[online]. vol.8, n.1, 2010, p. 347-362

[BARRETO, I. C. de H. C. et al.](#) Gestão participativa no SUS e a integração ensino, serviço e comunidade: a experiência da Liga de Saúde da Família, Fortaleza, CE. **Saude soc.**, São Paulo, v.21, supl. 1, maio 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902012000500007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902012000500007&lng=pt&nrm=iso) . Acessos em 07 de fevereiro de 2015.

**BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de abril de 2013.

**COSTA, A. L.** A extensão na formação de profissionais de história. **Rev. Bras. Hist.**, 2010, vol.30, no.60, p.35-53.

**FERNANDES, M. C.; et al.** Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educ. rev.** [online]. vol.28, n.4, 2012, p. 169-194.

**FOREXT. Carta de Goiânia.** 1999. Goiânia - GO. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/goianiaforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Florianópolis.** 2002. Florianópolis - SC. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/florianopolisforext.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Brasília.** 2003. Brasília - DF. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/brasiliaforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Campinas.** 2004. Campinas - SP. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campinasforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Belo Horizonte.** 2006. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/belohorizonteforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Campo Grande.** 2008. Campo Grande - MS. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campograndeforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Recife.** 2010. Recife - PE. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campograndeforext.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FOREXT. Carta de Belo Horizonte.** 2012. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/bhforext-2012.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1987. Brasília. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. II Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1988. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. III Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1989. Belém - PA. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. IV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1990. Florianópolis - SC. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. V Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1991. São Luiz - MA. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. VI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1992. Santa Maria - RS. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. VII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1993. Cuiabá - MT. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. VIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1994. Vitória - ES. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. IX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 1995. Fortaleza - CE. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. Plano Nacional de Extensão universitária:** versão final. 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. XXXI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.** 2012a. Manaus - AM. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FORPROEX. Política Nacional de Extensão.** 2012b. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> . Acesso em: 15 de agosto de 2013.

**FREIRE, P. Extensão ou Comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 213 p.

LINS, L. et al. Extensão universitária e inclusão social de estudantes do ensino médio público. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v.12, n. 3, dez. 2014 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198177462014000300679&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462014000300679&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 07 de fevereiro de 2015.

MACHADO, A. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades**: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2009.

MORAIS, J. L. de. **Perfil das universidades comunitárias**. Santos, SP: Leopoldianum, 1989.

MOURA, L. de F. A. de D. et al. Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. **Rev. odontol. UNESP**, Out 2012, vol.41, no.5, p.348-352.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. IN: FARIA, D. S. de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ORTIZ-RIAGA, M. C.; MORALES-RUBIANO, M. E. La extensión universitaria en América Latina: concepciones y tendencias. **educ.educ.**[online]. vol.14, n.2, 2011, p. 349-366.

ROCHA, R. M. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. IN: FARIA, D. S. de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, A. P. da; OLIVEIRA, J. T. A. de. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Rev. Ceres**, Jun 2010, vol.57, no.3, p.297-306.

SILVA, C. R. de C. et al. Extensão universitária e prática dos agentes comunitários de saúde: acolhimento e aprendizado cidadão. **Saude soc.**, São Paulo, v.23, n. 2, June 2014. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902014000200677&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902014000200677&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 07 de fevereiro de 2015.

TAVARES, M. das G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, D. S. de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TOMANIK, E. Para onde andar o lobo mal da Psicologia? **Psicologia em Estudo, Maringá**, v.8, n.2, p.157-159. 2003.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.